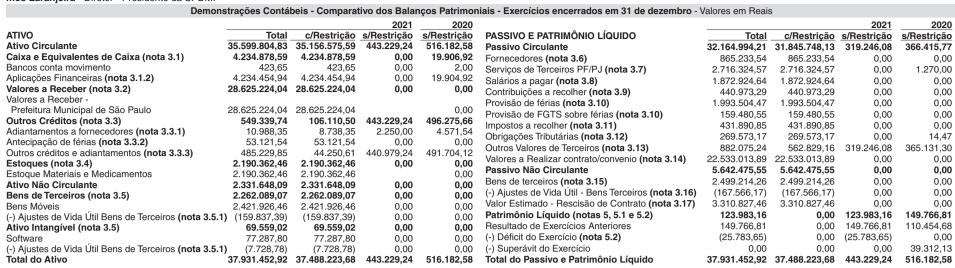
SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Professora Lydia Storopolli

CNPJ nº 61.699.567/0019-11 Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: SPDM - Hospital Professora Lydia Storopolli. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de abril de 2022. São Paulo, 28 de fevereiro de 2022. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor - Presidente da SPDM.



As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos - Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais										
			2021	2020				2021	2020	
	Total	c/Restrição	s/Restrição	s/Restrição		Total	c/Restrição	s/Restrição	s/Restrição	
(=) Receita Bruta de Serviços	69.762.457,54	69.761.953,30	504,24	1.919,90	(-) Servicos de Terceiros (nota 4.2)	16.849.066,79	16.849.066,79	0,00	0,00	
(+) Servicos – Saúde	69.559.219,74	69.558.715,50	504,24	1.918,09	(-) Medicamentos e Materiais (nota 4.2)	10.385.953,97	10.385.953,97	0,00	0,00	
Contratos/Convênios Afiliadas (nota 4.1)	61.770.103,44	61.770.103,44	0,00	0,00	(-) Isenção Usufruída (notas 9, 9.1, 9.2, 9.3)	5.038.908,74	5.038.908,74	0,00	0,00	
Isenção Usufruída (notas 9, 9.1, 9.2, 9.3)	7.787.207,44	7.787.207,44	0,00	0,00	(-) Despesas Operacionais	16.478.503,91	16.452.185,17	26.318,74	61.600,81	
Trabalhos Voluntários (nota 10)	1.908,86	1.404,62	504,24	1.918,09	(-) Pessoal Servicos Próprios (nota 4.2)	7.684.563,18	7.684.563,18	0,00	0,00	
(+) Outras Receitas Operacionais	203.237,80	203.237,80	0,00	1,81	(-) Servicos de Terceiros (nota 4.2)	2.166.857,38	2.159.790,18	7.067,20	36.054,91	
Estrutura SPDM (nota 4.1)	203.237,80	203.237,80	0,00	1,81	(-) Trabalho Voluntário (nota 10)	1.908,86	1.404,62	504,24	1.918,09	
(=) Receita Líquida de Serviços Prestados	69.762.457,54	69.761.953,30	504,24	1.919,90	(-) Medicamentos e Materiais (nota 4.2)	922.121,77	905.026,10	17.095,67	22.372,90	
(+) Outras Receitas	310.290,33	310.259,48	30,85	98.993,04	(-) Impostos Taxas e Contrib (nota 4.2)	295.943,14	295.943,14	0,00	212,79	
Descontos Recebidos	700,11	700,11	0,00	0,00	(-) Isenção Usufruída (notas 9, 9.1, 9.2, 9.3)	2.748.298,70	2.748.298,70	0,00	0,00	
Financeiras (nota 4.4)	30,85	0,00	30,85	9,27	(-) Outros Despesas Operacionais	2.658.810,88	2.657.159,25	1.651,63	1.042,12	
Doações Recebidas (nota 4.3)	309.559,37	309.559,37	0,00	0,00	(-) Despesas Financeiras (nota 4.2)	38.166,62	36.514,99	1.651,63		
Outras Receitas Não Operacionais	0,00	0,00	0,00	98.983,77	(-) Despesas Bens Permanentes Terceiros (nota 4.2)	2.417.406,46	2.417.406,46	0,00	0,00	
(=) Receita Líquida	70.072.747,87	70.072.212,78	535,09	100.912,94	(-) Estrutura SPDM (nota 4.2)	203.237,80	203.237,80	0,00	0,00	
(-) Custos Operacionais	53.620.027,61	53.620.027,61	0,00	0,00	(-) Outras Despesas Operacionais (nota 4.2)	0,00	0,00	0,00	1.042,12	
(-) Pessoal Servicos Próprios (nota 4.2)	21.346.098,11	21.346.098,11	0,00	0,00	(=) Superávit/Déficit do Exercício	(25.783,65)	0,00	(25.783,65)	39.312,13	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Comparativo das Demonstrações do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de dezembro (Valores Expressos em R\$) Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores Expressos em Reais (R\$) Descrição Descrição 2020 2021 2020 2021 70.072.016,91 100.903,67 Fluxos de caixa das atividades operacionais Superávit/Déficit do exercício/período Ajustes p/conciliar o resultado às disponibilidades 39.312.13 (25.783,65)1.1) Prestação de serviços 61.975.250,10 1.919,90 1.2) Subvenções e outras receitas operacionais 0.00 0.00 geradas pelas atividades operacionais 309.559,37 98.983,77 1.3) Outras Receitas Depreciação e amortização
Resultado na venda/baixas de ativos imobilizado 0.00 0.00 1.4) Isenção usufruída sobre contribuições 7.787.207,44 0,00 0,00 0,00 1.5) (-) EPLCD - Estim Perdas Crédito/Receitas Anuladas 0,00 Ajuste nas contas do Patrimônio Líquido 0,00 31.094.431,35 2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI) 59.465,92 Variações nos ativos e passivos (Aumento) Redução em contas a receber 2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações d 10.385.953.97 0.00 28.625.224,04 0,00 2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outro 18.049.935.43 58.427,81 (53.064,08) (Aumento) Redução outros créditos (36.438,32)2.3) Perda / Recuperação de valores ativos 2.417.406,46 0,00 (Aumento) Redução de despesas antecipadas (Aumento) Redução em estoques 0.00 0.00 2.4) Outros 241.135.49 1.038,11 (1.810.962,60)0,00 3 - Valor Adicionado Bruto (1-2) 38.977.585.56 41.437,75 . Aumento (Redução) em fornecedores 3.580.288,11 0,00 4 - Retenções 0,00 0,00 Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contratos de gestão 25.843.841.35 0.00 4.1) Depreciação, amortização e exaustão 0.00 0.00 Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões 5.305.876,58 6.805,00 5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4) 38.977.585,56 41.437,75 Aumento (Redução) de Bens de Terceiros 2.331.648,09 6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência 730.96 9,27 Aumento (Redução) Passivo de Arrendamento 0.00 0.00 6.1) Receitas financeiras 730.96 9.27 Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais 6.546.619,76 9.678,81 Valor Adicionado Total (5+6) 38.978.316,52 41.447,02 Fluxos de caixa das atividades de investimentos 38.978.316,52 8 - Distribuição do Valor Adicionado 41.447,02 (-) Adição de Bens de Terceiros (2.331.648.09) 0.00 8.1) Pessoal e encargos 29.032.570.15 1.918.09 Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos (2.331.648.09)0,00 8.2) Impostos, taxas e contribuições Fluxos de caixa das atividades de financiamento 295.943.14 212,79 Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa 8.3) Juros 268,93 4,01 0.00 0.00 1.888.110,51 4.214.971,67 9.678,81 8.4) Aluguéis 0,00 7.787.207 44 19.906,92 10.228,11 8.5) Isenção usufruída sobre contribuições 0,00 Saldo inicial de Caixa e equivalente

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores Expressos em Reais (R\$) Patrimônio Avaliação Realização de **Transferências** Superávit/Déficit Superávit/Déficit Descrição Nota Social **Patrimonial** Avaliação Patrimonial recebidas/enviadas Exercícios Anteriores Acumulado do Exercício Total Saldo 31/12/2019 110.454,68 474.506,68 (364.052,00)Incorporação ao Patrimônio Social (364.052.00) (364.052,00)Realização de Avaliação Patrimonial Exercícios Anteriores 0.00 Transferência para o Patrimônio 364.052.00 364.052,00 Transferências Recebidas 0,00 Transferências Enviadas 0.00 Realização do APP 0,00 Ajustes de Exercícios Anteriores 0,00 Superávit/(Déficit) do Exercício Saldo 31/12/2020 39 312 13 39.312,13 110.454.68 149.766.81 39.312,13 Incorporação ao Patrimônio Social 39.312,13 39.312,13 Realização de Avaliação Patrimonial Exercícios Anteriores 0.00 Transferência para o Patrimônio (39.312,13) (39.312,13) Transferências Recebidas Transferências Enviadas 0.00 Realização do APP 0,00 Ajustes de Exercícios Superávit/(Déficit) do Exercício (25.783,65) (25.783,65) 149.766,81 Saldo 31/12/2021 (25.783,65)123.983,16 As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2021 e 2020

19.906.92

8.6) Lucros retidos/prejuízo do período

4.234.878.59

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras. A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nos. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM atua em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e na Lei Complementar 187, de 16 dezembro de 2021. Características da Unidade Gerenciada: O Hospital Professora Lydia Storópolli foi inaugurando em 15 de abril de 2021, originado como uma das providências do Município de São Paulo para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, sendo que à época o munícipio trabalhava com uma taxa de ocupação de enfermaria de 81,5% e de UTI de 92,2%. Em 15 de abril de 2021 a Secretaria Municipal de Saúde - SMS e a SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina, tendo em vista o que dispõe a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, celebram o Termo de Colaboração nº 003/SMS/2021, para desenvolvimento de atividades, visando a execução de ações e serviços de saúde e hospitalares de forma continuada. na area de assistência e atividades desenvolvidas para enfrentamento a Pandemia Covid.19, com a operacionalização e gerenciamento de 190 (cen-

to e noventa) leitos de enfermaria. 20 (vinte) leitos de Unidade Tratamento

Intensivo Adulto e 02 (dois) leitos de estabilização para posterior referen-

Saldo final de Caixa e equivalente

PMSP/SMS, instalados nas dependências da Universidade UNINOVE localizada na Rua Vergueiro nº 247 - Liberdade - SP. O Hospital Professora Lydia Storópolli, é voltado na sua integralidade, a assistência a pacientes referenciados pelo sistema de Regulação de Urgência e Emergência do município de São Paulo acometidos por COVID 19 que necessitam tratamento em regime de internação, sejam em leitos de unidade enfermaria ou leitos de Unidade de Terapia Intensiva. O Termo de Colaboração nº 003/SMS/2021 possui vigência de 6 meses, de 15/04/2021 até 16/10/2021 e importa no repasse para custeio, pela PMSP/SMS, do valor total de R\$ 53.161.130,21 (cinquenta e três milhões, cento e sessenta e um mil, cento e trinta reais e vinte e um centavos). A título de investimento o valor no mês de abril R\$ 2.498.261,50(dois milhões e quatrocentos e noventa e oito mil e duzentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos). Houve prorrogação da vigência Termo de Colaboração Nº 003/2021-SMS.G, para o período de 17/10/2021 a 31/12/2021, nos termos do Decreto 59.283 de 16/03/2020 e Lei Federal 13.979 de 06/02/2020. Valor Total: R\$ 20.446.588,52 (vinte milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, quinhentos e oitenta e oito reais e cinquenta e dois centavos). Número Processo 6018.2021/0023826-6. Nota Específica sobre a Transição da Filial Saúde Ocupacional - Projeto Apoio (Recursos Sem Restrição): A SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, por intermédio de sua Unidade Gerenciada CNPJ: 61.699.567/0019-11, manteve no período de 06/2014 a 03/2021 o Projeto Apoio, que ofereceu tratamento gratuito a colaboradores e seus familiares em dependência com álcool, tabaco e outras drogas. Nesse período a Filial Saúde Ocupacional desempenhou atividades de apoio a gestão de saúde, com parcerias na área de gestão em saúde, incluindo outros projetos privados. Até 31 de março de 2021, todos os eventos relacionados ao Saúde Ocupacional foram contabilizados e apropriados em contas patrimoniais e de resultado como "Recursos Sem Restrição". A partir de abril de

cias, de acordo com as Politicas de Atenção a Saúde do SUS e Diretrizes da 2021, em virtude da assunção do Projeto envolvendo o Hospital de Campanha da Prefeitura Municipal de São Paulo, implantado nas dependências da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), denominado Hospital Professora Lydia Storópolli, todos os eventos relacionados ao combate ao Covid-19 forma registrados e apropriados em contas patrimoniais e de resultado como "Recursos com Restrição". No segundo trimestre de 2021, a Entidade optou por promover as alterações de endereço, nome fantasia, e CNAE - Classificação Nacional de Atividade Econômica para melhor atender as demandas relacionados ao Termo de Colaboração nº 003/SMS/2021 firmado em 15/04/2021 entre a SPDM e a PMSP, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, passando a Unidade Gerenciada a se chamar Filial SPDM -Nome Fantasia: Hospital Professora Lydia Storopolli. Nesse contexto, todos os valores mantidos no balanco patrimonial, demonstrativo de resultado e demonstrativo de mutação do patrimônio líquido dos exercícios de 2020 e 2021, respectivamente, identificados como "Recursos Sem Restrição", referem-se ao Projeto Apoio e outros projetos privados, alocados na Filial SPDM Nome Fantasia: Saúde Ocupacional. Todos os valores mantidos com Recursos Sem Restrição, estão em fase de transferência/baixa para outros projetos privados mantidos pela Entidade. 1 - Imunidade Tributária: A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150. Inciso VI, alínea" C" e seu parágrafo 4º, e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. Isenção Tributária e característica da isenção: A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por tratar-se de instituição privada. sem fins lucrativos e econômicos, com atuação preponderante na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 1o da Lei nº 12.101/09 alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto nº 8.242/2014 e o que dispõe a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021. 2 - Apresentações das Demonstra-

39.312.13

(25.783.65)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

A rentabilidade da aplicação financeira está atrelada as regras do sistema fi-

nanceiro nacional. A instituição mantém esforços para operar com as melho-

res taxas disponíveis na instituição financeira. 3.2 - Valores a Receber: A

mutações patrimoniais. Conforme NBC TG 07 (R2)) Subvenções e Assistên-

referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros ti-

das. Os valores registrados nessa conta em 31/12/2021 representam o sal-

cretaria Municipal de Saude - SMS, num montante total de R\$

e vinte e quatro reais e quatro centavos). 3.3 - Outros Créditos: São as con-

tas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sen-

sificados como adiantamentos a fornecedores, compreendem adiantamen-

10.988,35 (dez mil, novecentos e oitenta e oito reis e trinta e cinco centa-

vos). 3.3.2 - Antecipação de Férias: A instituição efetua antecipação de fé-

rias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seu artigo, Art. 145,

O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referi-

vo período. O saldo desta conta em 31.12.2021 é de R\$ 53.121,54 (cinquen-

entre as unidades para auxiliar no cumprimento de suas despesas. O saldo

cinco mil. duzentos e vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos), 3.4 - Es-

toques: Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os va-

lores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e re-

ção, até a data do balanço. O valor total escriturado em estoques no exercí-

cio de 2021 é de R\$ 2.190.362.46(dois milhões, cento e noventa mil. trezen-

Rentabilidade

100% do CDI

> 8,5% A.A.: TR+0,5% A.M. 3.483.060,07

92% do CDI

61.328.18

24.844,95

4.234.454,94

SELIC <= 8,5% A.A.:

SELIC <= 8.5% A.A.:

TR+70% DA SELIC SELIC

TR+70% DA SELIC SELIC

> 8,5% A.A.: TR+0,5% A.M.

no mês %

SPDM. Para melhor visualização segue quadro demonstrativo:

Tipo de

Aplicação

CDB / RDB

POUPANÇA

CDB / RDB

POUPANÇA

Financeira

Bradesco S/A

do BRASIL S/A

Total

ções Contábeis: Na elaboração das demonstrações financeiras de 2021, a ntidade observou as principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007 Instituição Medida Provisória nº 449/2008 e Lei nº 11.941/09 que promoveram modificações quanto à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis individuais, antes previstas na Lei nº 6.404/76, que agora passam a ser observadas não apenas pelas sociedades por ações, mas também as empresas de grande porte. A SPDM elaborou suas demonstrações financeiras em observância as melhores práticas contábeis adotadas no Brasil, levando em consideração a adoção de normas contábeis como o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, que tem Banco por objetivo fornecer informações financeiras sobre a entidade; NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, que trata da contabilização e divulgação de subvenção governamental; e ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. 2.1 - Formalidade da escrituração contábil - NBT 2.1: As demonstrações contábeis individuais da SPDM foram elaboradas em conforprática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das midade com a Norma Contábil ITG 2000 (R1), que estabelece critérios e cias Governamentais e ITG 2002 (R1)) Entidade sem Finalidade de Lucros, procedimentos a serem adotados pela entidade para a escrituração contábil a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber de seus fatos patrimoniais, por meio de qualquer processo, bem como a guarda e a manutenção da documentação e de arquivos contábeis e a respos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento ponsabilidade do profissional da contabilidade; e CTG 2001 (R3) que define no resultado, não traga deseguilíbrio entre receitas e despesas provisionaas formalidade da escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). A entidade apredo de valores a receber de curto prazo (CP), relativos ao Termo de Colaboração nº 003/SMS/2021, celebrado entre a SPDM Associação Paulista para senta seus documentos e livros contábeis em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que exige a apreseno Desenvolvimento da Medicina e o Município de São Paulo, através da Setação de Escrituração Contábil Digital (ECD) para as pessoas jurídicas imunes e isentas, incluindo livro diário, livro razão, balancetes diários e balan-28.625.224,04(vinte e oito milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, duzentos ços, assinados digitalmente com certificado digital, a fim de garantir a autoria, autenticidade, integridade e validade jurídica do documento digital. 2.2 -Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: Razão do contas a curto prazo, normalmente não relacionadas com o objeto princi-Social - SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina pal da Instituição. 3.3.1 - Adiantamento a Fornecedores: Os valores clas-Nome Fantasia - Hospital Professora Lydia Storopolli, Endereço - Rua Vergueiro, 247 - Liberdade - São Paulo - SP CEP: 01504-001, CNPJ tos realizados à fornecedores, antecipados no mês corrente, para utilização 61.699.567/0019-11. 3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaem períodos posteriores, o saldo desta conta em 31.12.2021 é de R\$ boração das Demonstrações: Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais do no art. 143, serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectirelevantes conforme estabelece a norma (ITG 2002 (R1)) Entidades sem Finalidade de Lucros e suas alterações. O plano de contas adotado atende ta e três mil, cento e vinte e um reais e cinquenta e quatro centavos). 3.3.3 aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de Outros créditos e adiantamentos: Representam valores de transações contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das desta conta em 31.12.2021 é de R\$ 485.229,85 (quatrocentos e oitenta e contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. 3.1 - Caixa e Equivalentes de Caiferem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e xa: Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios, equipamentos de protee depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

31.12.2021 Descrição 31.12.2020 Caixa e Saldos em Bancos 423,65 4 234 454 94 Aplicação Financeira de Curto Prazo 19 904 92 Caixa e Equivalentes de Caixa 4.234.878.59 19.906,92 Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2021 o montante de R\$ 4.234.878.59 (quatro milhões, duzentos e trinta e quatro mil, oitocentos e setenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) conforme demonstrado no quadro acima. 3.1.2 - Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição, uma vez que os valores se encontram aplicados por força de contra-

Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2021 - Bens de Terceiros Posição em 31/12/2020 Descrição Posição em 31/12/2021 Aquisição Baixa Bens Móveis de Terceiros 2.421.926,46 2.421.926,46 Aparelhos Médicos Odontológicos Laboratório 0.00 1.598.599.41 0.00 1.598.599.41 Equipamentos Processamento de Dados 0,00 22.045,50 22.045,50 0.00 775.117,07 775.117,07 0,00 0,00 Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos 0.00 13.430.88 0.00 13.430.88 Aparelho e Equipamentos Comunicação 12.733,60 0,00 12.733,60 0,00 2.421.926,46 Total Imobilizado - Bens de Terceiros 0,00 2.421.926,46 Demonstrativo da Movimentação dos Ajustes de Vida Útil em 2021 - Bens de Terceiros Ajuste de Posição em Posição em 31/12/2021 Vida Útil Taxas anuais Bens Móveis de Terceiros 0,00 0,00 (159.837,39)(159.837,39)Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratório (104.299,84)0,00 0,00 (104.299,84) Equipamentos Processamento de Dados 0,00 0,00 (2.572,01)(2.572,01)20 Mobiliário em Geral 0.00 0.00 (51.100.47)(51.100,47) 10 (379,46) Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos 0,00 (379,46) Aparelho e Equipamentos Comunicação 0.00 0.00 (1.485.61)(1.485.61)Total Ajuste de Vida Útil Acumulada Bens de Terceiros (159.837,39) 0,00 (159.837,39)0,00 Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2021 - Intangível de Terceiros Descrição Posição em 31/12/2020 <u>Aquisição</u> Baixa Posição em 31/12/2021 Ativo Intangível de terceiros 77.287,80 77.287.80 0.00 Total Imobilizado - Intangível Terceiros 0.00 77.287,80 0,00 77.287,80 Demonstrativo da Movimentação dos Ajustes de Vida Útil em 2021 - Intangível de Terceiros Ajuste de Posição em Posição em Descrição 31/12/2020 Taxas anuais Baixa Vida Útil 31/12/2021 Ativo Intangível de Terceiros 0,00 (7.728.78)(7.728,78) 0,00 (7.728,78)Total Ajuste de Vida Útil Acumulada Intangível de Terceiros 0,00 0,00 (7.728,78)

3.5.1 Ajuste de Vida Útil Econômica - Bens Móveis: A instituição efetua o tos e oitenta e cinco reais e dois centavos). 3.11 - Impostos a Recolher: Residual dos bens de terceiros. 3.6 - Fornecedores: As obrigações com fornecedores são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor de notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 40 dias. O saldo a pagar de fornecedores em 31/2/2021 é de R\$ 865.233,24 (oitocentos e sessenta e cinco mil, duzentos e trinta e três reais e vinte e quatro centavos). 3.7 - Serviços de Terceiros PF/PJ: Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados à contratos de prestação de serviços médicos, serviços gerais, limpeza, vigilância e segurança, manutenções preventivas, consultoria e auditoria, serviços de remoções etc. O saldo desta conta é de R\$ 2.716.324,57 (dois milhões, setecentos e dezesseis mil, trezentos e vinte e quatro reais e cinquenta e sete centavos). 3.8 - Salários a Pagar: De acordo com o artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensalmente das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. O saldo de salários a pagar em 31/12/2021 é de R\$ 1.831.852,56 (um milhão, oitocentos e trinta e um mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e seis centavos). 3.9 - Contribuições a Reco-Iher: Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS e FGTS. O saldo dessas contribuições em 31/12/2021 é de R\$ 440 973 29 (quatrocentos e quarenta mil, novecentos e setenta e três reais e vinte e nove centavos). Com relação ao PIS a unidade gerenciada recebeu a Imunidade através do Processo tributário Nº 0027951-41.2004.4.03.6100, 12ª Vara SP, que suspende a exigibilidade de recolhimento do PIS sobre a folha de pagamento a alíquota de 1% mês. Dessa forma, a unidade gerenciada reconheceu os respectivos valores de Isenção e Restituição em suas Demonstrações Contábeis. 3.10 -Provisão de Férias e Encargos: Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e somam o montante de R\$2.152.985,02 (dois milhões, cento e cinquenta e dois mil, novecen-

ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do con- presentam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao tratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre serviços de pessoal próprio em nota explicativa (3.5 Ativo Imobilizado), de modo a demonstrar o valor re- em regime CLT. Saldo em 31/12/2021 R\$ 431.890,85 (quatrocentos e trinta e um mil, oitocentos e noventa reais e oitenta e cinco centavos). 3.12 - Obrigações Tributárias: As obrigações tributárias de acordo com o §1º do artigo 113 do CTN, são aquelas que surgem com a ocorrência do fato gerador. tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue--se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pelo HPLS, o saldo final a pagar em 2021 referentes aos impostos citados acima foi de R\$ 269.573,17 duzentos e sessenta e nove mil, quinhentos e setenta e três reais e dezessete centavos). 3.13 - Outras Valores de Terceiros: Os valores evidenciados em outros valores de terceiros referem-se a taxas municipais (TRSS) valores de transações entre as unidades para auxiliar no cumprimento de suas despesas e a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da instituição. Totalizaram em 31/12/2021 R\$ 882.075,24 (oitocentos e oitenta e dois mil, setenta e cinco reais e vinte e quatro centavos). 3.14 - Valores a Realizar contrato/convenio: De acordo com a Norma NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais 15A e ITG 2002 (B1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão/Convênios com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. Saldo em 31/12/2021 R\$ 22.533.013,89 (vinte e dois milhões, quinhentos e trinta e três mil treze reais e oitenta e nove centavos) 3 15 - Bens Móveis de Terceiros: Contrapartida do Ativo Imobilizado, a conta Bens Móveis de Terceiros é composta por bens de terceiros os quais tiveram seus valores reclassificados para atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aguisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos notas fiscais das aquisições. A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.5 Ativo Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Detalhamento vide notas 3.5 e 3.5.1. 3.16 - Valor Es-

to de gestão, cuio rendimento reverte em favor do contratante e não da timado - Rescisão de Contrato: A entidade entendeu por bem realizar uma estimativa de rescisão contratual, em caso de rescisão unilateral por parte Saldo em do órgão público contratante. Devido a sua relevância, a estimativa leva em consideração os valores para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2021, para fins de recolhimento de FGTS (50% 31/12/2021 665.221,74

MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo: Estimativa Rescisão Contratual 31/12/2021 2.255.612,33 31/12/2020 Aviso Prévio indenizado 0.00 Multa FGTS Rescisória (50%) 1.055.215.13 0,00 3.310.827,46 0,00

4 - Origens e Aplicação dos Recursos: As receitas, inclusive as doações subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo re gime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através de comprovantes, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais fiscais. 4.1 - Das Receitas Operacionais: Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios são de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. 4.2 - Custos e Despesas Operacionais: Os custos e despesas operacionais estão relacionados aos setores produtivos e administrativos da instituição e foram classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3 - Doações:** No exercício de 2021 a unidade gerenciada recebeu o valor de R\$ 309.559,37(trezentos e nove mil. quinhentos e cinquenta e nove reais e trinte e sete centavos) a título de doações em mercadorias como máscaras descartáveis de proteção, álcool etílico, álcool em gel 70%INPM, Álcool 70% Antisséptico e medicamentos, com a finalidade de promover a prevenção e proteção dos seus colaboradores e pacientes no combate à pandemia do COVID-19. 4.4 - Rendimentos s/ Aplicação Financeiras: Os recursos provenientes de convê nios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplica cão financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerencia da. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos à Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Go vernamental. Em 31.12.2021, nas operações com restrição, tais valores representam o montante de R\$ 221.739,49 (duzentos e vinte e um mil, setecentos e trinta e nove reais e quarenta e nove centavos). Nas operações sem restrição esse valor foi de R\$ 30,85 (trinta reais e oitenta e cinco centavos). 4.5 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos: São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, o HPLS presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade, para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despe sas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do re sultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2021, o HPLS recebeu recursos da SMS/PMSP conforme quadro abaixo:

tos e sessenta e dois reais e quarenta e seis centavos), segue abaixo qua- dro com a composição dos respectivos valores:								
Tipo	31.12.2021	31.12.2020						
Materiais utilizados no setor de Nutrição	40.296,08	0,00						
Materiais utilizados no setor de Farmácia	1.500.201,12	0,00						
Materiais de Almoxarifado	649.865,26	0,00						
Total	2.190.362,46	0,00						

3.5 - Ativo Imobilizado: O imobilizado de uso da unidade HPLS é compos to por bens de terceiros os quais tiveram seus valores reclassificados para atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessão de uso, notas fiscais, como também através

CNPJ nº 61.699.567/0019-11 Convênio Termo de Colaboração nº 003/SMS/2021 - Custeio 53.161.130.10 Termo de Colaboração nº 003/SMS/2021 - Investimento 2.498.261,50 55.659.391,60

5 - Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido descrito em notas explicativas, a SPDM procedeu a ajustes no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental 5.1 - Patrimônio Líquido - com restrição: O patrimônio líquido dos recursos com restrição, originário de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental, atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". 5.2 - Patrimônio Líquido - sem restrição: O patrimônio líquido dos recursos sem restrição, é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social acrescido do resultado do exercício do período, os ajustes de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao princípio de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado. Em 2021 o Patrimônio líquido teve movimentação de R\$ 29.783,65 (vinte e nove mil, setecentos e oitenta e três reais e sessenta e cinco centavos), relativo a déficit na apuração do resultado do exercício. <u>6 - Resultado Operacional:</u> Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero" 6.1 - Resultado Operacional c/Restrição: A apuração do resultado das operações com restrição, se não aplicada a norma acima citada, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 76.105.980.23; acrescidos de Outras Receitas no valor de deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na orde de R\$ 62.283.600,72; encerrando o exercício com um resultado superavitário no valor de R\$ 14.354.378,48 (quatorze milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e setenta e oito reais e quarenta e oito centavos) 6.2 - Resultado Operacional s/Restrição: A apuração do resultado das operações sem restrição, é composto de Outras Receitas na ordem de R\$ 30,85; e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 25.814.50: encerrando o exercício com um resultado deficitário no valor de R\$ 25.783.65 (vinte e cinco mil. setecentos e oitenta e três reais e ses senta e cinco centavos). 7 - Das Disposições da Lei 12.101, Portaria 834/2016 MS e Lei Complementar 187 de 2021. Por ser Entidade Filantró pica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformi dade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8 242/14 e. ainda, o que está disposto na Lei Complementar 187/2021, para fazer jus a Certificação na área "predominantemente" de saúde, deverá alternativamente (Artigo 7º): I - prestar serviços ao SUS; II - prestar serviços gratuitos; III - atuar na promoção à saúde; IV - ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS; e ainda (Artigo 9º): I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congênere com o gestor do SUS; e II - comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados. Podendo ainda (§ 3º para fins do disposto no § 2º deste artigo), no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado estabelecimento vinculado em decorrência de contrato de gestão, no limite de 10% (dez por cento) dos seus serviços. A entidade de saúde, deverá informar obrigatoriamente, na forma estabelecida em regulamento (Artigo 10º): I - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes não usuários do SUS; e II - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS. A Unidade Gerenciada, é voltado na sua integralidade, a assistência a pacientes referenciados pelo sistema de Regulação de Urgência e Emergência do município de São Paulo acometidos por COVID 19 que necessitam tratamento em regime de internação, sejam em leitos de unidade enfer

maria ou leitos de Unidade de Terapia Intensiva, e apresentou em 2021 nesta unidade a seguinte produção: Detalhe Original Produção (SUS) Ano 2021 Produção (Não - SUS) Ano 2021 Grupo Detalhe Diárias de UTI Diárias de UTI - Total 3.735 Internações 1.886 Internações Saída Hospitalar Internações 1.886 SADT SADT - Total (SIH) 11.289 8 - Relatórios de Execução do Contrato de Gestão

Hospital Professora Lydia Storopoli Relatório de Execução do Termo de Fomento - 2021

1º Semestre (abril a junho) * 2º Semestre (julho a dezembro) Total 2021 Linha de Contratação Leitos disponíveis Internados Leitos disponíveis Internados Leitos disponíveis Internados Gerenciamento de 210 leitos para enfrentamento à Pandemia COVID 19 1.260 1.785 525 665 1.716 2.381

OBS.: O Hospital Professora Lydia Storópolli não possui metas contratuais de produção.

Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2021 Receitas Custeio Investimento Valores pactuados 73.607.718,73 2.498.261,50 em Contrato/Convênio Receitas Financeiras e Outras Receitas 531.998,97 Total das Receitas 74 139 717 70 2.498.261.50 Despesas Custeio Investimento 30.317.808,57 espesas com Pessoal Despesas com Materiais Serviços e Outras Despesas 29.543.865.69 2.421.926,46

*Início das atividades 15/04/2021

2.421.926,46 Total das Despesas 59.861.674,26 9 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme portaria SAS/MS n° 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da CO-FINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 15 de Dezembro de 2020, a entidade protocolou, tempestivamente,

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor - Presidente da SPDM

junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme Processo nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda deferimento. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2021 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou R\$ 7.787.207.44 (sete milhões, setecentos e oitenta e sete mil, duzentos e sete reais e qua renta e quatro centavos). Em face de a Entidade ser reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social, e ter como área de atuação preponderante a da Saúde, além de atuar nas áreas de educação e assistência social, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na Lei Complementar $n^{\rm e}$ 187 de 16/12/2021, em seu artigo $3^{\rm e}$, inciso VII, que prevê a apresentação de demonstrações contábeis e financeiras, devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, guando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo inciso II do caput do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, dentro outros requisitos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes a INSS Patronal sobre a folha de pagamentos de serviços próprios e de terceiros, COFINS e PIS sobre folha de pagamentos de serviços próprios. 9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre folha de pagamento de empregados e autônomos: Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu no exercício de 2021, da isenção da Contri-

Dr. João Luiz de Miranda Rocha - Diretor Técnico

Lula Pereira da Cruz - Contador - CT CRC 1SP215133/O-2

Relatório dos Auditores Independentes: Opinião sobre as demonstracões contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Hospital Professora Lydia Storopolli) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. Início das Atividades: Em 15 de abril de 2021 a Secretaria Municipal de Saúde - SMS e a SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina, tendo em vista o que dispõe a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, celebram o Termo de Colaboração n° 003/SMS/2021, para desenvolvimento de atividades, visando a execução de ações e serviços de saúde e hospitalares de forma continuada, na área de assistência e atividades desenvolvidas para enfrentamento a Pandemia Covid.19 com a operacionalização e gerenciamento de 190 (cento e noventa) leitos de enfermaria e 20 (vinte) leitos de Unidade Tratamento Intensivo Adulto e 02 (dois) leitos de estabilização para posteriori referencias, de acor-

do com as Políticas de Atenção a Saúde do SUS e Diretrizes da PMSP/ SMS, instalados nas dependências da Universidade UNINOVE localizada na Rua Vergueiro nº 247 - Liberdade - SP. O Termo de Colaboração nº 003/ SMS/2021 possui vigência de 6 meses, de 15/04/2021 até 16/10/2021 e importa no repasse para custeio, pela PMSP/SMS, do valor total de R\$ 53.161.130,21 (cinquenta e três milhões, cento e sessenta e um mil, cento e trinta reais e vinte e um centavos). A título de investimento o valor no mês de abril R\$ 2.498.261,50 (dois milhões e quatrocentos e noventa e oito mil e duzentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos). Houve prorrogação da vigência do Termo de Colaboração Nº 003/2021-SMS.G, para o período de 17/10/2021 a 31/12/2021, nos termos do Decreto 59.283 de 16/03/2020 e Lei Federal 13.979 de 06/02/2020, com valor total de R\$ 20.446.588,52 (vinte milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, quinhentos e oitenta e oito reais e cinquenta e dois centavos), conforme Processo nº 6018.2021/0023826-6. Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva ra-

zoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01 de abril de 2022. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3; Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718.

buição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados

e autônomos, as quais se encontram registradas em contas específicas, no

montante de R\$ 5.728.217,23 (cinco milhões, setecentos e vinte e oito mil,

duzentos e dezessete reais e vinte e três centavos). 9.2 - Isenção da Con-

tribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): A isen-

ção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação

em conta específica o montante no exercício 2021 foi de R\$ 1.853.103,11

(um milhão, oitocentos e cinquenta e três mil, cento e três reais e onze cen-

tavos). 9.3 - Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento: A Entidade

usufruiu da isenção do Programa Integração Social (PIS) sobre a folha de

pagamento no ano de 2021 no valor de R\$ 205.887,10 (duzentos e cinco

mil, oitocentos e oitenta e sete reais, e dez centavos). 10 - Trabalho Volun-

tário: Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revi-

são da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) - Entidade sem finalida-

de de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Ter-

ceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 (R1) Entidade sem

Finalidade de Lucros encontra-se a que estabelece que o trabalho dos inte-

grantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho vo-

luntário Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor

justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é com-

posto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma

importante participação em várias ações realizadas pela entidade. Tomando

como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas che-

gou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples

pelo número de unidades ativas no período. A Entidade possui dois tipos de

trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de

voluntariado. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo

valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2021, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 1.908,86 (um mil, novecentos e oito

reais e oitenta e sei centavos); em 2020 estes valores foram de R\$ 1.918,09

(um mil, novecentos e dezoito reais e nove centavos). Não houve trabalhos

de outros tipos de voluntariado devido ao HPLS ser específico para trata-

mento da COVID-19. 11 - Exercício Social: Conforme estabelece o artigo

41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano ci-

vil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de

cada ano. São Paulo, 31 de dezembro de 2021.

